



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

O PARADIGMA REGIONAL COMO FETICHE DE INTEGRAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU, INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL?

Jose Adailton Barroso da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe.

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamentos Territoriais (UFS)

Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória (UNIT)

E-mail: adailtonbarroso@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e Professora do NPGeo – UFS.

Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamentos Territoriais- CNPq/UFS.

E-mail: aluz@oi.com.br

Introdução

O processo da reprodução do capital estabelece os modos de ocupação do espaço conforme os mecanismos de apropriação privada, que funcionam de acordo com o valor do uso do solo, definido conforme o preço da terra, logo conforme o poder de consumo das pessoas.

Nesta lógica, o capital organiza o espaço como produto necessário a sua acumulação configurando uma estrutura espacial de forma desigual conforme a margem de lucros que possa oferecer no mercado, mesmo que isto possa significar contradições espaciais e consequentemente na vida humana, o que se objetiva é a sua ampliação.

Sob a crise, a dinâmica do capital encontra barreira para a sua ampliação com o obstáculo do desemprego estrutural. Neste sentido a sua permanência depende do Estado que se torna responsável e determinante na manutenção de garantia do lucro. Para favorecer a eficácia do mercado o Estado viabiliza políticas públicas fazendo circular o capital e movimentar todo o seu ciclo produtivo (produção, distribuição, circulação e consumo). Como afirma David Harvey (2012 p 137).

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio ao capitalismo [...] Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano.

Nesta direção o Estado via políticas de desenvolvimento (local, nacional e mundial) redefine o espaço urbano e sua circularidade com o discurso do fetiche da integração e da inclusão social.

Nesta compreensão a nossa pesquisa parte da seguinte problemática: O paradigma regional como fetiche de integração: Políticas públicas habitacionais na região metropolitana de Aracaju, inclusão ou exclusão socioterritorial? Considerando dois principais questionamentos: a) O paradigma regional constitui um fetiche de integração gerador de inclusão? b) As políticas públicas habitacionais, na região metropolitana de Aracaju, geram a inclusão socioterritorial?

Nesta direção o presente projeto tem como objetivo analisar as contradições engendradas no processo de formação da região metropolitana de Aracaju, sob o viés das políticas públicas, que reproduzem padrões de moradias diferenciados.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa o pilar de nossa análise tem sido o método dialético por entendermos que esse procedimento é determinante para o que se pretende desenvolver, na medida em que parte da realidade das contradições, do recorte de classe (ou correlatos), de movimento, de relações, condicionantes e causalidades nas suas múltiplas determinações. Os sujeitos envolvidos na totalidade das relações sociais não são vistos como fragmentos, mas articulados ao conjunto das estruturas e conjunturas em que estão inseridos no processo histórico do real (Sena Júnior, 2004).

Podemos ainda atribuir que a pesquisa compreende uma abordagem qualitativa e quantitativa, partindo do princípio que a abordagem quantitativa desvenda dados, indicadores e tendências enquanto que a qualitativa aprofunda os fenômenos e fatos em sua complexidade, compreendida na categoria totalidade. É importante destacar que o todo é composto de partes, relações conectadas entre si e em movimento. Para apreender o todo é preciso partir da realidade (do real concreto). Desta forma entendemos a necessidade do recorte temporal-espacial da nossa pesquisa, no que se refere ao estudo do desvendamento do paradigma regional como fetiche de integração: Políticas públicas habitacionais na região metropolitana de Aracaju, inclusão ou exclusão socioterritorial? Nosso recorte espacial/temporal é a região metropolitana de Aracaju durante o período de 1995 até o presente momento.

Na concretização da pesquisa devem ser levados em consideração os indicadores que dizem respeito aos condicionantes sócio territoriais, onde se localizam os Conjuntos Habitacionais e outros tipos de moradias, oriundas das políticas públicas; identificando as políticas como agente para valorização do solo nos espaços onde foram implantadas ações definidas para a habitação, assim como os problemas advindos da sua implantação. Além disso será necessário identificar o público que vem adquirindo os imóveis, realizando uma caracterização socioeconômica dos habitantes, levantando o questionamento acerca de uma possível segregação sócio territorial.

Situando a Questão para o entendimento Analítico

A Região Metropolitana de Aracaju foi criada a partir da Lei Complementar nº 25 de 29 de Dezembro de 1995, com vista à realização, de forma integrada, das ações de organização, de planejamento e de execuções públicas de interesse comum. Abrangendo os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, tendo como sede o Município de Aracaju. Sendo, essa lei, ratificada em 09/2003 conferindo-lhe uma nova redação.

O artigo 5º da referida Lei Complementar diz que a criação da Região Metropolitana deve ser ratificada pela Câmara de Vereadores dos Municípios que a compõem. Entretanto, entende-se que a manifestação por parte de Poder Legislativo Municipal ratificando e aderindo a inserção dos municípios na Região Metropolitana de Aracaju, deve ser tomada mediante regulamentação da citada Lei Complementar, por parte dos Poderes Executivos e Legislativos Estaduais.

Cabe ao Estado exercer a função de coordenar as ações administrativas integradas relativas a planejamento, organização e execução de funções públicas de interesse comum, coordenando, também, a captação dos necessários recursos para os respectivos programas ou projetos direcionados a ações da Região Metropolitana de Aracaju, devendo essas ações comuns ser objeto de deliberação por um órgão Colegiado instituído por Lei para esse fim.

Visto isso, essa análise regional tendo como enfoque a região metropolitana de Aracaju no contexto das políticas públicas, se encaixa naquilo que Haesbaert (2004) aponta como uma perspectiva contemporânea da região, com ênfase a realidade empírica onde o nível de conurbação faz com que as áreas urbanizadas de algum modo se confundam com a própria região.

Entretanto, não se pode esquecer que no contexto do capitalismo essa região metropolitana se desenvolve dentro do desenvolvimento desigual e combinado, uconsiderando também conforme Haesbaert (2004) que uma análise regional que se preze

deve envolver, sem dúvida, pelo menos, três grandes problemáticas: o aumento das desigualdades (sócio-econômicas), a precarização da “inclusão” sócio-territorial, a constante (re) produção e/ou (re) invenção das diferenças culturais (e das identidades), a crise de gestão, principalmente através da reconfiguração do poder do Estado.

Essa pesquisa se debruça sobre o aumento das desigualdades (sócio-econômicas), do consumo desigual do espaço intrinsecamente relacionado às condições sociais e econômicas, como também a precarização da “inclusão” sócio-territorial visto que, segundo Martins (1997), em uma sociedade capitalista, é próprio da lógica da exclusão, a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir e incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

O que se vem observando é que em determinadas áreas a população pobre com menor poder aquisitivo, não tem acesso aos imóveis, devido as próprias exigências normativa da exclusão social e territorial. Ou seja, o Estado que deveria integrar está, a serviço do capital valorizando o solo urbano, e gerando desigualdades cada vez mais mascaradas pelo discurso do desenvolvimento regional, da modernização e inclusão. Inclui para excluir.

EIXO: ANÁLISE REGIONAL

Referências

ARAUJO, Helio Mario de. et al. (organizador). O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região:** Uma (Re)visão Historiográfica da Gênese aos Novos Paradigmas. Santa Maria: editora UFSM, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. A região e sua discussão. CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Região:** trajetos e perspectivas. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.